

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da MONGERAL AEGON Seguros e Previdência S/A tem a satisfação de apresentar aos seus clientes, parceiros comerciais e acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Seguindo seu planejamento estratégico, a MONGERAL AEGON intensificou investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais. Desenvolveu ainda estratégias específicas para o aumento expressivo das vendas e arrecadação, crescimento do número de corretores ativos, consolidação das parcerias comerciais existentes, criação de novas parcerias e canais de distribuição, desenvolvimento de novos produtos e fidelização de clientes.

Em 2013, a companhia intensificará seus investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos, buscando níveis ainda mais elevados na prestação de serviços aos seus clientes e parceiros comerciais.

Desempenho
Em 2012, a MONGERAL AEGON apresentou desempenho expressivo, tendo atingido crescimento de 20% das Receitas de Prêmios e Contribuições e de 35% das Provisões Técnicas líquidas de resseguro, que atingiram R\$ 549 milhões e R\$ 399 milhões respectivamente, demonstrando o sucesso alcançado nas estratégias de expansão e solidificação das operações da companhia.

As Despesas Administrativas cresceram 24% relativamente a 2011, como resultado dos fortes investimentos em expansão e em qualidade de serviços. O Resultado Operacional antes de Despesas Administrativas cresceu 30% atingindo R\$ 193 milhões.

O capital total segurado pela companhia atingiu R\$ 104 bilhões.

O Lucro Líquido de R\$ 18 milhões, 67% acima do observado em 2011, foi consequência do crescimento das operações e do contínuo foco da companhia em negócios rentáveis que contribuíram para o aumento dos resultados e da solidez financeira.

Como consequência dos resultados alcançados e da contínua capitalização da companhia, o Patrimônio Líquido fechou 2012 em R\$ 141,1 milhões.

Novos produtos e segmentos de atuação

Em 2012, a MONGERAL AEGON venceu a concorrência para ser companhia garantidora das coberturas de riscos de morte e invalidez oferecidas aos participantes dos planos de benefícios complementares da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM).

Ainda em 2012, a MONGERAL AEGON iniciou sua atuação no segmento de seguros populares com o Minha Família. A partir da regulamentação do mercado de microsseguros, a companhia pretende atuar também neste segmento. É importante destacar o lançamento dos planos de Previdência Sustentável, os primeiros do mercado brasileiro regidos pelos requisitos da sustentabilidade.

Tecnologia da Informação

Em 2012, 43% do sistema integrado de negócios (Sistema eSIM) foi colocado em produção. O sistema que suportará todas as operações atuais e futuras da MONGERAL AEGON continua recebendo investimentos de recursos humanos e financeiros para a sua finalização.

Governança Corporativa

Foram adotadas as medidas necessárias à prevenção e combate à fraude e à lavagem de dinheiro. Investimentos adicionais foram realizados para o fortalecimento do departamento de Compliance. Novos recursos foram investidos durante todo o ano, especificamente para fortalecimento de controles, processos e redução de riscos. Os projetos e investimentos estão sendo conduzidos com a participação direta da AEGON.

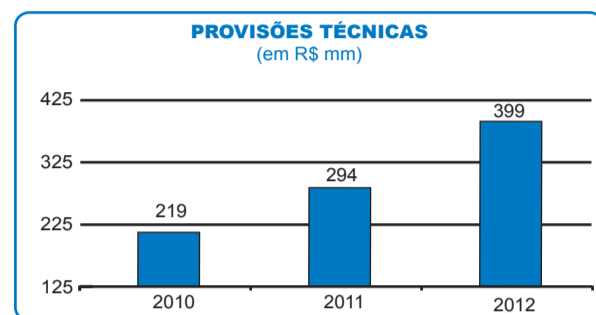
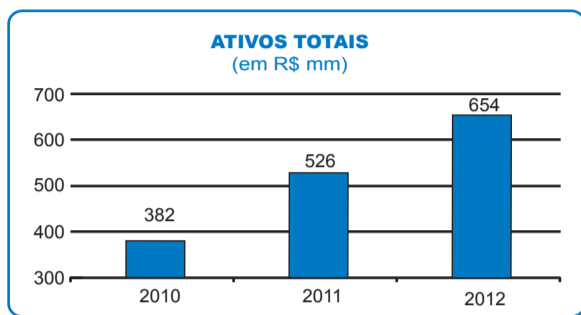
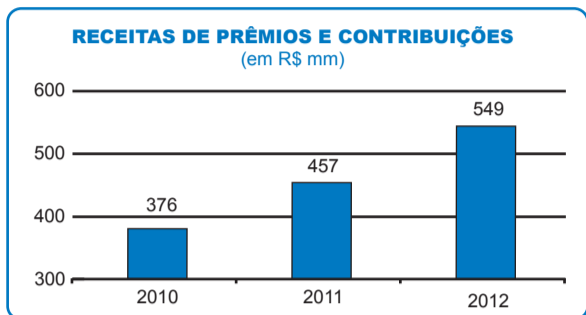
Declaração

Em atendimento à Circular SUSEP nº 430 de 5 de março de 2012, a MONGERAL AEGON declara sua capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Agradecimentos

A MONGERAL AEGON Seguros e Previdência S/A agradece aos seus funcionários, parceiros comerciais e corretores pela dedicação e desempenho, aos seus clientes pela confiança, aos seus acionistas e à SUSEP pelo apoio dispensado.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	360.382	274.175	Circulante	251.947	187.578
Disponível	758	2.010	Contas a pagar	54.251	43.405
Caixa e bancos	758	2.010	Obrigações a pagar (Nota 12)	25.529	21.568
Aplicações (Nota 6)	256.562	189.151	Impostos e encargos sociais a recolher	5.135	5.036
Créditos das operações com seguros e resseguros	27.696	19.504	Encargos trabalhistas	6.442	3.636
Prêmios a receber (Nota 8)	14.290	10.213	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	4.373	883
Operações com seguradoras (Nota 8)	188	205	Impostos e contribuições	12.772	12.282
Operações com resseguradoras	11.909	7.655	Débitos de operações com seguros e resseguros	19.996	19.140
Outros créditos operacionais (Nota 8)	1.309	1.431	Operações com seguradoras	1.021	49
Créditos das operações com previdência complementar	22.831	26.603	Operações com resseguradoras	12.127	13.139
Valores a receber (Nota 8)	15.633	14.883	Corretores de seguros e resseguros	5.920	5.132
Créditos de resseguros	5.427	10.591	Outros débitos operacionais	928	820
Operações com repasses (Nota 8)	1.771	1.129	Débitos de operações com previdência complementar	14.988	16.757
Ativos de resseguro - provisões técnicas	11.283	4.478	Operações de resseguros	8.207	9.023
Títulos e créditos a receber	20.779	19.743	Operações de repasses	1.813	1.458
Títulos e créditos a receber	1.244	1.267	Outros débitos operacionais	4.968	6.276
Créditos tributários e previdenciários (Nota 20)	15.908	15.691	Depósitos de terceiros	4.103	2.845
Outros créditos	3.627	2.785	Depósitos de terceiros	4.103	2.845
Adiantamentos a funcionários	1.909	772	Provisões técnicas - seguros (Nota 14)	114.251	68.194
Adiantamentos administrativos	346	753	Danos	17.349	12.205
Outros	1.372	1.260	Pessoas	38.464	26.946
Outros valores e bens	384	488	Vida individual	15.175	10.297
Outros valores	384	488	Vida com cobertura por sobrevivência	43.263	18.746
Empréstimos e depósitos compulsórios	33	21	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)	44.358	37.237
Despesas antecipadas	5.084	1.091	Planos bloqueados	1.032	962
Custos de aquisição diferidos	14.972	11.086	Planos não bloqueados	43.113	35.989
Seguros (Nota 14)	10.823	6.546	PGBL/PRGP	213	286
Previdência (Nota 13)	4.149	4.540	Passivo não circulante	260.662	210.092
Ativo não circulante	293.365	251.577	Contas a pagar	4.857	8.081
Realizável a longo prazo	211.824	183.865	Obrigações a pagar	198	-
Aplicações (Nota 6)	143.019	120.988	Tributos diferidos (Nota 20)	728	791
Crédito das operações com previdência complementar	-	632	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	3.931	7.290
Créditos de resseguros	-	632	Provisão técnicas - seguros (Nota 14)	79.242	62.737
Ativos de resseguro - provisões técnicas	1.196	298	Danos	14.072	14.272
Títulos e créditos a receber	46.407	47.496	Pessoas	16.401	4.835
Créditos tributários e previdenciários (Nota 20)	36.647	38.412	Vida individual	26.194	20.760
Depósitos judiciais e fiscais	9.760	9.084	Vida com cobertura por sobrevivência	22.575	22.870
Empréstimos e depósitos compulsórios	41	25	Provisões técnicas - previdência complementar (Nota 13)	173.308	136.274
Custos de aquisição diferidos	21.161	14.426	Planos bloqueados	175	2.406
Seguros (Nota 14)	15.103	9.220	Planos não bloqueados	125.879	110.149
Previdência (Nota 13)	6.058	5.206	PGBL/PRGP	47.254	23.719
Investimentos	17.150	17.817	Outros débitos	3.255	3.000
Participações societárias	295	962	Provisões judiciais (Nota 17)	3.255	3.000
Imóveis destinados a renda (Nota 9)	16.855	16.855	Patrimônio líquido (Nota 18)	141.138	128.082
Imobilizado (Nota 10)	18.441	16.206	Capital social	60.188	60.188
Imóveis de uso próprio	8.132	7.717	Reservas de capital	35.815	35.815
Bens móveis	8.155	7.118	Reserva de reavaliação	2.297	2.391
Outras imobilizações	2.154	1.371	Reservas de lucros	44.194	30.348
Intangível (Nota 11)	45.950	33.689	Ajustes com títulos e valores mobiliários	(1.356)	(660)
Ágio na transferência de carteira	1.632	5.549	Total do passivo	653.747	525.752
Outros intangíveis	44.318	28.140			
Total do ativo	653.747	525.752			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação expresso em reais)

	2012	2011
Prêmios emitidos líquidos	274.533	213.903
Contribuições e prêmios para cobertura de riscos	243.470	229.633
Variação das provisões técnicas	(31.674)	(15.289)
Prêmios ganhos	486.329	428.247
Sinistros ocorridos (Nota 21)	(157.980)	(135.532)
Custos de aquisição (Nota 21)	(68.125)	(56.169)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21)	1.197	(1.016)
Resultado com operações de resseguro (Nota 21)	(23.443)	(32.488)
Rendas de contribuições e prêmios	25.473	13.193
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(20.130)	(5.170)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	5.343	8.023
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	906	3.361
Variação de outras provisões técnicas	(8.130)	(19.797)
Custos de aquisição (Nota 21)	(44.844)	(39.067)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 21)	5.252	791
Despesas administrativas (Nota 21)	(150.837)	(121.803)
Despesas com tributos (Nota 21)	(16.245)	(15.064)
Resultado financeiro (Nota 21)	16.307	11.053
Resultado patrimonial (Nota 21)	(3.703)	(3.526)
Resultado operacional	42.027	27.013
Ganhos com ativos não correntes	(103)	1.495
Resultado antes dos impostos e participações	41.924	28.508
Imposto de renda (Nota 20)	(8.333)	(6.252)
Contribuição social (Nota 20)	(5.246)	(3.932)
Participação sobre o resultado	(10.309)	(7.496)
Lucro líquido do exercício	18.036	10.828
Quantidade de ações	15.895.432	15.895.432
Lucro líquido por ação (em R\$)	1,13	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	18.036	10.828
Outros resultados abrangentes		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.160)	(795)
Imposto de renda e contribuição social sobre		
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	464	318
Resultado abrangente total	17.340	10.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras	549.757	452.825
Recuperações de sinistros e comissões	11.140	12.405
Outros recebimentos operacionais (ressarcimentos e outros)	12.378	30.647
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(236.011)	(200.434)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(30.262)	(25.069)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(15.985)	(14.977)
Pagamentos de despesas e obrigações	(160.697)	(132.389)
Pagamento de indenizações e despesas em processos judiciais	(7.891)	(9.825)
Outros pagamentos operacionais	(18.667)	(29.434)
Constituição de depósitos judiciais	(1.149)	(493)
Resgates de depósitos judiciais	1.029	(1.320)
Pagamentos de participações nos resultados	(6.763)	(4.450)
Caixa gerado pelas operações	96.879	77.486
Impostos e contribuições pagos	(25.778)	(25.607)
Juros pagos	(281)	(115)
Investimentos financeiros	(47.661)	(46.671)
Aplicações	(405.115)	(271.891)
Vendas e resgates	357.454	225.220
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.159	5.093
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra de ativo permanente	(21.167)	(15.242)
Investimentos	(16)	-
Imobilizado	(4.204)	(3.723)
Intangível	(16.947)	(11.519)
Recebimento pela venda de ativo permanente	-	8.000
Investimentos	-	8.000
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	(21.167)	(7.242)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.572)	-
Aquisição de empréstimos	583	5.527
Pagamento de empréstimos	(1.255)	(3.022)
Outros	-	110
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(3.244)	2.615
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa	(1.252)	466
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.010	1.544
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	758	2.010
Cconciliação entre lucro líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	18.036	10.828
Ajustes para conciliar o resultado com o valor das disponibilidades geradas	2.344	822
Depreciações e amortizações	2.344	2.317
Lucro na venda de imobilizado	-	(1.495)
Variações nos ativos e passivos	2.779	(6.557)
Variação das aplicações	(89.442)	(77.014)
Variação dos créditos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(11.492)	(16.722)
Variação de títulos e créditos a receber	(3.707)	(4.163)
Variação dos custos de aquisição diferidos e outros ativos	(4.363)	(6.080)
Variação de contas a pagar	5.164	7.237
Variação dos débitos das operações de seguros, resseguros e previdência complementar	(912)	9.974
Variação de depósitos de terceiros	1.258	54
Variação das provisões técnicas	106.715	79.725
Variação de outros débitos de provisões judiciais	254	909
Variação de ajustes MTM de aplicações classificados como "disponível para venda"	(696)	(477)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	23.159	5.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Capital	Reservas de		Ajuste TVM	Lucros Acumulados	Total
			Reavaliação	Lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	60.188	-	8.003	16.480	(183)	-	84.438
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Agio na Emissão de Ações	-	35.815	-	-	-	-	35.815
Reserva de reavaliação	-	-	(5.612)	-	-	5.612	-
Realização por depreciação	-	-	(97)	-	-	97	-
Alienação de terreno (Nota 9)	-	-	(5.515)	-	-	5.515	-
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(477)	-	(477)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.828	10.828
Proposta para distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	542	-	(542)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.572)	(2.572)
Retenção de Lucros	-	-	-	13.326	-	(13.326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	60.188	35.815	2.391	30.348	(660)	-	128.082
Reserva de reavaliação	-	-	(94)	-	-	94	-
Realização por depreciação	-	-	(94)	-	-	94	-
Perda não realizada nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(696)	-	(696)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	18.036	18.036
Proposta para distribuição do resultado	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	902	-	(902)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(4.284)	(4.284)
Retenção de Lucros	-	-	-	12.944	-	(12.944)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	60.188	35.815	2.297	44.194	(1.356)	-	141.138

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**1. Contexto operacional**

A Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Mongeral" ou "Seguradora") é uma sociedade de capital fechado, com sede no Brasil e matriz domiciliada à Travessa Belas Artes, 15 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, que tem como objeto operar seguros de pessoas e planos de previdência privada em todo o território nacional. Aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sua transformação em uma seguradora de vida e previdência foi publicada no Diário Oficial da União em 07 de abril de 2004, através da Portaria do Ministério da Fazenda nº 69. Pela Portaria nº 3.248, de 20 de Maio de 2009, a SUSEP aprovou o acordo de *joint venture* entre a Mongeral e a AEGON Brasil Holding Ltda., que passou a participar em 50% do capital da Seguradora.

Em 18 de maio de 2011, a SUSEP aprovou através da Portaria nº 4.002, a incorporação da AEGON Brasil Holding Ltda., pela Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. A incorporação para as demonstrações financeiras ocorreu em julho de 2011, de acordo com o arquivamento da ata de Reunião de Sócios da AEGON Brasil Holding Ltda. e da ata da AGE da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 7 de Julho de 2011. O impacto da incorporação na Mongeral AEGON foi um aumento do patrimônio líquido da Companhia em R\$ 35.815 relativos aos benefícios fiscais diferidos gerados pela amortização do ágio existente anteriormente na incorporada, pela aquisição da participação societária na incorporadora.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**a) Continuidade**

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

Em 5 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 430 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa circular revoga a Circular SUSEP nº 424/2011.

Desse forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430/2012 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data do fechamento do balanço.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros e de instrumentos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, avaliação da obrigação por benefícios de pensão. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação (Nota 4).

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente.

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias seguintes CPC 38:

i) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras". Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. A Seguradora deve ter a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título; e são avaliados pelo seu valor de aquisição (valor justo), acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos;

iii) Ativos disponíveis para venda; e

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

iv) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da Provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Seguradora classifica como contratos de seguros todas as apólices e contratos das modalidades dos ramos de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual e perda de certificado de habilitação. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registrados quando da emissão das apólices ou futuras, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A.

d) Ativos e passivos de resseguros

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo (incluindo a estimativa da parcela de sinistros ocorridos e não avisados). Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente no mínimo a cada data de balanço. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado. Atualmente, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades autorizadas a funcionar pela SUSEP, são constituídas de acordo com as determinações do CNSP nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e 181 de 17 de dezembro 2007, da SUSEP e suas atualizações, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA):

Seguros

► Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pelas parcelas de prêmios, correspondente aos períodos de riscos a decorrer, calculado pelo método "pro rata die", de acordo com as normas da SUSEP para os seguros de pessoas. A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

► Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar para seguros de pessoas corresponde à melhor estimativa da Seguradora do valor a ser pago, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço e atualizada monetariamente nos termos da legislação em vigor para os planos de seguros de pessoas. Nesta provisão também são contemplados os valores resultantes de demandas judiciais.

► Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados é constituída conforme nota técnica atuarial, com base na experiência histórica entre as datas de ocorrência e de aviso dos sinistros, de acordo com a legislação vigente. Também devem ser considerados nesta provisão os valores estimados pela Seguradora referentes às demandas judiciais. Para os ramos que a Seguradora não dispõe de experiência suficiente para sua avaliação o IBNR é constituída com base nos percentuais definidos pela Circular SUSEP nº 283 de 24 de janeiro de 2005.

► Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP)

A provisão de insuficiência de prêmios é calculada com base em nota técnica atuarial para garantir a suficiência das Provisões de Prêmios Não Ganhos na cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando o valor esperado de indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. A aplicação da metodologia definida na respectiva nota técnica atuarial não resultou em provisão a constituir em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

► Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

A Resolução CNSP nº 162/06, em seus artigos 5º e 21º, com alterações introduzidas pela Resolução CNSP nº 181/07, estabeleceu a obrigatoriedade de constituição de uma provisão técnica denominada Provisão Complementar de Prêmios - PCP. A PCP deve ser calculada "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e as contribuições retidas ou prêmios líquidos recebidos. O seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês da constituição e a PPNG ou a PRNE constituída naquele mês e no mesmo ramo, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não, recebidos ou não.

Previdência complementar

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente, por e sob responsabilidade de atuário legalmente habilitado, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

► Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos

Representam o valor presente dos benefícios futuros, estimados com base em pressupostos atuariais e taxas de juros quando for o regime financeiro de capitalização. A provisão matemática de benefícios a conceder refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada enquanto que a provisão matemática de benefícios concedidos refere-se a aqueles cuja percepção dos benefícios já foi iniciada.

As provisões que estão vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIE's).

► Provisão de riscos não expirados (PRNE)

É calculada para os planos de morte e invalidez de previdência e seguros de vida individual pelo método "pro rata die", com base nas contribuições e prêmios líquidos emitidos no mês, quando for o regime financeiro de repartição e tem por objetivo provisionar a parcela de contribuições e prêmios, correspondente ao período de risco a decorrer, contado a partir da data-base de cálculo.

A provisão de riscos não expirados para riscos vigentes e não emitidos (PRNE-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de contribuições e prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos, mas ainda não emitidos e é calculada com base em nota técnica atuarial.

► Provisão de insuficiência de contribuições (PIC)

É constituída quando constatada insuficiência dos prêmios ou contribuições nos planos de seguros de vida individual e previdência estruturados no regime financeiro de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, sendo obtida pela diferença apurada, se positiva, entre o cálculo das provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC), de benefícios concedidos (PMBC) e da provisão de riscos não expirados (PRNE) utilizando premissas atuais para a tábua de mortalidade (BR-EMS masculino) e a persistência esperada e a tábua contratual do produto.

► Provisão de oscilação financeira (POF)

Tem por objetivo evitar eventuais insuficiências futuras e ainda o reconhecimento antecipado de resultados futuros provenientes tanto do descaimento do índice de atualização monetária de remuneração, quanto das taxas de juros garantidas nas provisões matemáticas dos planos de previdência complementar.

► Provisão de resgates ou outros valores a regularizar (PROVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade aberta de previdência complementar ou sociedade seguradora receptora.

► Provisão de excedentes financeiros (PEF)

É constituída para os planos de previdência, seguros de vida individual e seguros de vida com cobertura por sobrevivência que concedem aos participantes garantia mínima de rentabilidade e crédito de parcela dos rendimentos que excedem os juros e/ou à atualização monetária garantidos nos planos, conforme estabelecido em cada contrato. As provisões técnicas relacionadas aos seguros do ramo DPVAT são registradas com base em informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

f) Custos de aquisição diferidos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aspectos regulatórios do setor, somente as comissões e certos custos originados de contratos são diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices.

As despesas de comercialização são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição diferidos de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

g) Reconhecimento de sinistros, benefícios e despesas

Os sinistros decorrentes dos ramos de seguros de acidentes pessoais coletivos, vida em grupo, prestamista, renda de eventos aleatórios, acidentes pessoais individuais, DPVAT, vida individual e perda de certificado de habilitação incluem todos os eventos que ocorrem durante o período, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

h) Imóveis destinados a renda

Os imóveis destinados à renda (propriedades para investimento) estão apresentados pelo valor reavaliado constante de laudo de avaliação em 30 de abril de 2006. A partir de 1º de janeiro de 2011, o respectivo valor justo é determinado anualmente somente para fins de divulgação.

i) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem a escritórios de propriedade da Seguradora. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico mais reavaliação, menos depreciação acumulada, o custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A Seguradora optou por manter até sua realização, o saldo de reserva de reavaliação de imóveis existente em 1º de janeiro de 2008, conforme permitido pelo CPC 13, Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada e, como segue:

Edificações	25 anos
Equipamentos de informática e telecomunicação	5 anos
Móveis máquinas e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

j) Intangível

O intangível refere-se: (a) gastos com desenvolvimento de sistemas cuja amortização se dará linearmente pelo prazo de dez anos; e (b) ao valor pago, em 28 de maio de 2009, conforme os termos firmados no Instrumento de Transferência de Carteira de Produtos de Riscos Individuais e de Vida em Grupo, celebrado em 12 de Agosto de 2005 com a Icatu Hartford Seguros S.A. e aditado em 20 de Março de 2006, devidamente aprovados pela SUSEP, e registrado como "Agio na Transferência de Carteira", no valor de R\$ 15.668. O saldo está sendo amortizado pelo método linear em 48 meses, conforme a expectativa de permanência média da carteira.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de dez anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- O *software* pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

k) Recuperabilidade de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativo financeiro, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperabilidade do ativo são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

l) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto com relação à perda de valor recuperável. Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do balanço.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros e contribuições de previdência a receber nesta categoria. A provisão para redução do valor recuperável sobre prêmios e contribuições a receber é constituída com base em estudo técnico pela área atuarial que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência da Companhia aplicados a percentuais estipulados.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

m) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

n) Passivos financeiros - financiamentos

Os passivos originados de financiamentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos e transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo financeiro. Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

As obrigações decorrentes dos contratos de arrendamento financeiro são apresentadas no passivo e os encargos financeiros são apropriados ao resultado ao longo prazo das operações.

o) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC 25, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária, é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando algumas destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As ações são classificadas de acordo com as perspectivas de perda da Seguradora em "provável", "possível" ou "remota". As regras de provisionamento das ações relacionadas a sinistros e benefícios para cada uma das classificações, foram desenvolvidas a partir de estudos estatísticos baseados no histórico de processos administrativos e judiciais da Companhia tendo em vista os resultados favoráveis e desfavoráveis. O resultado desse estudo indicou as seguintes perdas históricas, utilizadas no provisionamento:

Perda provável	96% do valor em risco
Perda possível	51% do valor em risco
Perda remota	8% do valor em risco

No que se refere às ações de natureza trabalhista e tributária e cível não relacionada a sinistros e benefícios, apenas as ações com prognóstico de perda "provável" são objeto de provisionamento integral do valor em risco. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações em curso são contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais" no ativo realizável a longo prazo. Os depósitos judiciais de natureza fiscal são atualizados monetariamente com base na variação da taxa do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC). Os depósitos de natureza cível são atualizados monetariamente com base no índice da poupança. O valor da atualização é reconhecido na demonstração do resultado do período como receita financeira.

p) Teste de adequação do passivo

Conforme requerido pelo provisionamento CPC 11, em cada data de balanço, a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data base. O teste deverá avaliar as obrigações decorrentes de contratos e certificados de seguros e planos previdenciários durante o período de vigência das apólices e término de cobertura dos contratos vigentes.

Dessa forma, deverão ser avaliadas as obrigações decorrentes dos contratos e certificados cuja vigência tenha se iniciado até a data base do teste, excluindo-se, ainda, os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT, DPEM e SFH/SH e os planos com estrutura meramente financeira, durante o prazo de diferimento, que prevejam benefícios exclusivamente sob forma de renda certa.

O teste tem por finalidade verificar se os passivos relacionados aos contratos de seguro estão adequados, isto é, se o montante dos valores provisionados deduzidos das despesas de comercialização diferidas (DCC) e dos ativos intangíveis relacionais (AIR) é compatível com as estimativas correntes de fluxo de caixas futuros. Caso o resultado do teste aponte alguma insuficiência, esta deverá ser reconhecida diretamente no resultado mediante ajuste nos valores contabilizados de provisões técnicas.

A Seguradora elaborou metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não viesadas, incluindo também as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros. Os cálculos foram realizados pela Companhia brutos de resseguro utilizando como premissa de sobrevivência e morte a tábua biométrica BR-EMS e para premissa de invalidez 70% da tábua Álvaro Vindas. Utilizou-se as estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP para descontar a valor presente as estimativas correntes dos fluxos de caixa futuros. A taxa de juros contratada para os ativos está adequada com o que foi contratado para os passivos.

Os testes de adequação de passivos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 indicaram que as provisões constituídas nesta data base, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco, não havendo necessidade de ajuste nas provisões da Seguradora.

q) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios a empregados participantes, estruturados nas modalidades de contribuição definida (Plano de Benefícios Mongeral) e contribuição variável (Plano de Benefícios nº 3). Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição definida aquele cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Entende-se por plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de contribuição variável aquele cujos benefícios programados apresentem a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido.

Para a determinação do passivo da Entidade é adotado o método de capitalização financeira. De acordo com o disposto no CPC 33, o método adotado para determinação das obrigações a serem reconhecidas no balanço da Patrocinadora é o do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia faz contribuições para o Mongeral AEGON Fundo de Pensão, uma entidade separada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

r) Reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que, a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão das apólices. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição diferidos são reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice.

As contribuições para planos de previdência complementar e produtos Vida Gerador de Benefício Livre ("VGBL") são reconhecidos pelo regime de competência, que, no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais, a partir de 2009, passaram a ser registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

As receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, desde 2009 são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento.

Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos são calculados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

s) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Mongeral não possuía ações preferenciais.

4. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Provisões técnicas

Seguros de vida e planos previdenciários com cobertura de risco

Para contratos de seguro dos ramos de seguros de vida e planos previdenciários com coberturas de risco, estimativas são feitas para o custo final esperado dos sinistros e eventos incorridos e a ocorrer, considerando a parcela dos riscos vigentes ou que ainda não tenham sido extintos.

No caso de sinistros e eventos já ocorridos, estima-se as parcelas de sinistros avisados e pendentes de liquidação (PSL ou PBAR) e dos sinistros ocorridos mas ainda não avisados (IBNR) na data do balanço. O custo final de sinistros e eventos ocorridos é estimado utilizando técnicas atuariais de triângulos de *run-off*, conforme definido em Nota Técnica Atuarial.

A principal premissa considerada pelas referidas técnicas é a de que experiência passada sobre sinistros e eventos da Companhia pode ser utilizada para projetar sinistros e eventos futuros e, assim, os custos finais dos sinistros. Desta forma, esses métodos extrapolam o comportamento de sinistros incorridos e avisados, custos médios por sinistro e número de sinistros com base no comportamento observado nos exercícios anteriores e índices esperados de perdas. O comportamento histórico de sinistros e eventos são analisados basicamente com base nos anos das ocorrências, podendo ser analisado em maiores detalhes por principal linha de negócio e tipo de sinistro e evento. Nenhuma premissa explícita é considerada sobre taxas futuras de inflação para sinistros e eventos ou de taxas de perdas; as premissas utilizadas são aquelas implícitas nos dados sobre comportamento histórico de sinistros e eventos nos quais as projeções se baseiam. Julgamento qualitativo adicional é utilizado para avaliar a extensão em que tendências passadas podem não se aplicar no futuro (por exemplo, para refletir ocorrências únicas, mudanças em fatores externos ou de mercado, como comportamentos do público em relação aos sinistros e eventos, condições econômicas, níveis de inflação para sinistros e eventos, decisões judiciais e legislação, bem como fatores internos como composição de carteira, características da apólice e procedimentos para tratar sinistros e eventos) de forma a determinar o custo final estimado de sinistros e eventos considerados possíveis e prováveis, levando em conta todas as incertezas envolvidas.

Outra estimativa utilizada refere-se ao percentual de RVNE utilizado para o complemento das Provisões de Prêmios Não Ganhos (PPNG) e Riscos Não Expirados (PRNE). Este percentual é estimado considerando a relação entre a média dos prêmios não ganhos em atrasos observados e os prêmios comerciais retidos no mês de competência. A estimativa de ajuste de insuficiência da mortalidade à experiência da seguradora é apreciada através da Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC) e de Prêmios (PIP). O cálculo desta insuficiência considera os fluxos projetados de recebimento de prêmios, pagamento de benefícios e sinistros e de persistência esperada em metodologia prospectiva. A estimativa de mortalidade e de sobrevivência é feita através da tábua biométrica BR-EMS masculina.

Planos de seguros de vida individual e previdenciários com cobertura por sobrevivência
Os planos com cobertura por sobrevivência são estruturados no regime financeiro de capitalização e tem suas provisões matemáticas calculadas através de formulação matemática aprovada em suas notas técnicas atuariais. Uma possível insuficiência de estimativa na longevidade dos planos é avaliada no cálculo da Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC). O cálculo desta insuficiência considera os fluxos projetados de recebimento de prêmios, pagamento de benefícios e de persistência esperada em metodologia prospectiva. A estimativa de mortalidade e de sobrevivência é feita através da tábua biométrica BR-EMS masculina.

b) Custos de aquisição diferidos

Em atendimento à Circular SUSEP nº 334, anexo I, item 15, a Seguradora recalculou o prazo médio de permanência dos clientes da carteira de previdência e de seguros de vida, sendo, o prazo de diferimento dos custos de aquisição de 48 meses para previdência e seguro de vida individual e 12 meses para os seguros de vida em grupo.

c) Avaliação da obrigação por benefícios a empregados

Os custos relativos aos planos patrocinados do Mongeral AEGON Fundo de Pensão são determinados anualmente pela avaliação atuarial, elaborado pelo atuário responsável pelos planos de benefícios. A avaliação atuarial envolve premissas sobre taxas de juros, taxas esperadas de retorno sobre ativos, rotatividade, taxas de mortalidade e de invalidez.

d) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são fundamentadas em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros. Em 31 de dezembro de 2012 não houve indícios que os valores a receber não seriam recuperados.

e) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

f) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Impostos

O imposto de renda e a Contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

h) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolvidos, envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Seguradora revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que sinistros e pagamentos efetivos de benefícios a sua época não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, gravidade dos sinistros, benefícios efetivamente pagos e histórico de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Companhia é o de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição de risco acima é reduzida por meio de diversificação em uma carteira de contratos de seguros, por meio de seleção criteriosa e implementação de diretrizes sobre a estratégia de subscrição, bem como o uso de contratos de resseguro firmados junto ao ressegurador local IRB-Brasil Re S.A. e aos resseguradores admitidos Scor Global Life Americas.

A Companhia adquire resseguro somente com resseguradores locais e admitidos, solventes, comprovadamente, através das agências de classificação de risco listadas pela SUSEP e ainda atendendo ao índice mínimo de risco requerido em conformidade com as leis do país como parte do seu programa de redução de riscos. Atualmente possui cobertura de resseguro para todas as coberturas de sua carteira, cada qual com sua particularidade/regra de acordo com a necessidade (coberturas em que não possui relativa experiência) e/ou linha de negócio. O Resseguro cedido é colocado em bases proporcionais e não proporcionais. Valores a recuperar junto aos resseguradores estão provisionados em linha com a provisão de sinistros a liquidar, e de acordo com os contratos de resseguro vigentes à época de cada evento. Apesar da Companhia apresentar contratos de resseguro, não está isenta das suas obrigações diretas frente aos detentores de apólices, existindo assim uma exposição de crédito em relação ao risco cedido, na extensão em que cada resseguradora não possa satisfazer suas obrigações assumidas por força dos contratos de resseguro. Entre os produtos de seguros e previdência atualmente comercializados, destacam-se os produtos de risco da linha "Vida Toda" temporários de 5 a 20 anos, produtos com cobertura vitalícia, estruturados nos regimes financeiros de capitalização, repartição simples e de capitais de cobertura, pagos de forma única e sob a forma de renda. Existem ainda produtos voltados para a terceira idade e para policiais com taxas ajustadas aos perfis de risco, coberturas para funeral e serviços diversos.

Para a gestão dos riscos de seguros, a Mongeral AEGON revisa suas políticas de subscrição pelo menos uma vez ao ano. Em geral, elas são divididas em políticas de riscos individuais, riscos coletivos e produtos instituídos, havendo desdobramentos especiais para parcerias estratégicas. As políticas são elaboradas e revistas pela Superintendência Técnica através do acompanhamento sistemático do resultado dos produtos, nichos e carteiras. Há limites diferenciados de capital segurado por cobertura, região, ramo, idade e profissão. Estes documentos são aprovados pela diretoria executiva e pela Presidência da Seguradora.

Visando a melhor diversificação possível, a seguradora tem aumentado sua opção de produtos e coberturas, a fim de explorar novos nichos e aumentar sua competitividade e penetração em todo o território nacional. Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho são:

Ramo	31/12/2012			31/12/2011		
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Acidentes pessoais coletivos.....	27.839	20,34%	24,50%	19.941	4,19%	23%
Acidentes pessoais individuais.....	8.298	16,87%	24,50%	6.819	40,84%	23%
Auxílio funeral.....	4.863	13,33%	24,50%	3.256	38,67%	23%
DPVAT.....	31.578	86,92%	1,45%	30.001	87,55%	1%
Prestamista.....	7.193	9,54%	24,50%	1.844	17,90%	23%
Habitacional.....	1.323	58,43%	24,50%	634	85,33%	23%
Renda de eventos aleatórios.....	25.674	31,08%	24,50%	17.151	72,61%	23%
Vida em grupo.....	39.769	45,80%	24,50%	47.227	45,24%	23%
Vida individual.....	65.442	22,77%	24,50%	56.285	15,41%	23%
Perda de Certificado de Habilitação de Voo..	1.330	16,54%	24,50%	-	-	-
Total misto.....	10.119	-	24,50%	-	-	-
Doenças graves.....	343	14,87%	24,50%	-	-	-

O índice de comissionamento foi calculado a partir do % médio praticado nos estudos de viabilidade econômica (*pricing*), que se baseia no comissionamento real pago pela seguradora.

Com relação a alguns riscos corridos pela Seguradora, há o risco de conversibilidade. Apesar da experiência de baixa conversibilidade em renda acompanhar a média do mercado, é possível que num médio prazo esta taxa possa aumentar. A Seguradora qualifica este risco como muito baixo, tendo em vista a carteira de produtos existente. Espera-se o mesmo impacto com relação à taxa de juros, tendo em vista o nível estimado para o longo prazo para cada um dos indexadores financeiros e a utilização de percentuais mais baixos já adotados por esta seguradora em seus produtos. A expectativa de aumento da longevidade é fato indiscutível no mundo inteiro. Por isto, a Mongeral AEGON acompanha o movimento mundial aumentando também a sua expectativa de longevidade, diminuindo assim sua exposição a este risco. A inflação é um risco bastante mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Acompanham-se sistematicamente os impactos gerados nos excedentes financeiros dos contratos de seguros. Porém, como poucos são os planos que o prevêm e dado o baixo nível de conversibilidade, este é considerado como de baixo impacto.

Testes de sensibilidade

A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto no Resultado e no Patrimônio Líquido que a mudança das seguintes variáveis acarreta: sinistralidade, taxas de juros, índice de conversibilidade, mortalidade, sobrevivência e inflação. Estas variáveis são as mesmas requisitadas através da Circular SUSEP nº 430/2012.

A variável inflação não tem impacto nestes dois indicadores uma vez que é um risco mitigado pela política interna de investimentos e gestão do casamento de ativos e passivos. Desta maneira, um choque na inflação tem o mesmo impacto tanto no passivo quanto no ativo.

A variável índice de conversibilidade também não gera impacto uma vez que utilizamos atualmente a premissa de 100% na apuração de nossas provisões.

A única provisão impactada diretamente com a alteração de taxa de juros é a PIC (Provisão de Insuficiência de Contribuições) referente ao Teste de Adequação de Passivo (TAP). Na presente data-base, o teste não apontou necessidade desta provisão, uma vez que a insuficiência dos planos deficitários é totalmente compensada pela suficiência dos planos superavitários, compensação esta amparada pela Circular SUSEP nº 457/2012. Testamos a sensibilidade desta possível provisão à redução e ao aumento de 1% de taxa de juros. O resultado não impactou no passivo, logo também não influenciou o resultado e o patrimônio líquido deste exercício. Por sua vez, alterações na mortalidade e na sobrevivência impactam diretamente no saldo da Provisão de Insuficiência de Contribuições (PIC). Desta forma, ela foi recalculada com base na redução e no agravamento de 10% na taxa de mortalidade ou de sobrevivência, quando for o caso.

Por fim, o impacto da sinistralidade foi testado através do aumento e da redução de 3% sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme tabela abaixo:

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado / Patrimônio Líquido (por mil)		
		Bruto de Resseguro	% Resultado	% PL
Mortalidade	Agravo de 10%	(659)	(3,65%)	(0,47%)
Mortalidade	Desagravo de 10%	708	3,93%	0,50%
Sinistralidade	Aumento de 3%	(2.937)	(16,28%)	(2,08%)
Sinistralidade	Redução de 3%	2.937	16,28%	2,08%

Variáveis	Premissas	Efeito no Resultado / Patrimônio Líquido (por mil)		
		Líquido de Resseguro	% Resultado	% PL
Mortalidade	Agravo de 10%	(659)	(3,65%)	(0,47%)
Mortalidade	Desagravo de 10%	708	3,93%	0,50%
Sinistralidade	Aumento de 3%	(2.526)	(14,01%)	(1,79%)
Sinistralidade	Redução de 3%	2.526	14,01%	1,79%

b) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditórias (*ratings*).

► Controle do risco de crédito por meio da política de investimentos
Com o objetivo de administrar a exposição da Mongeral AEGON ao risco de crédito, possuímos uma política de investimentos onde priorizamos os investimentos em títulos públicos federais e um percentual reduzido em títulos de crédito com boa classificação de risco pelas maiores agências de classificação de risco.

O cumprimento da referida política é acompanhada pelo departamento de Investimentos, que está subordinado à diretoria financeira da Mongeral AEGON.

Nossa gestão de riscos de crédito é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, com exceção dos títulos públicos federais e fundos de investimentos não exclusivos, distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*:

Títulos privados	Rating	Agência	31/12/2012	31/12/2011
CDB VOTORANTIM.....	AA+	Fitch Ratings	1.008	4.495
CDB BBM.....	BA1	Moody's	1.028	-
CDB DAYCOVAL.....	AA-	Fitch Ratings	1.000	1.025
LF SANTANDER.....	AAA	Fitch Ratings	2.053	-
LF ITAÚ.....	AAA	Fitch Ratings	1.107	1.017
RDB UNICRED.....	B3	LF Ratings	500	501
DPGE BRG.....	BBB	Fitch Ratings	5.629	4.908
DPGE CRUZEIRO DO SUL.....	CC	Standard & Poor's	-	1.944
DEBENTURE ITAUPAR.....	AAA	Moody's	-	3.097
DEBENTURE TELEMAR.....	AAA	Fitch Ratings	2.947	2.476
DEBENTURE ELETROPAULO.....	AA-	Fitch Ratings	-	725
DEBENTURE BRASIL TELECON.....	AAA	Moody's	1.827	-
DEBENTURE CEMIG.....	AA1	Moody's	294	-
DEBENTURE VALE.....	AAA	Fitch Ratings	252	-
DEBENTURE BNDES.....	AAA	Moody's	2.378	-
Total.....			20.023	20.188

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos dos fluxos de movimentações financeiras esperados em vários cenários, avaliando-se de forma conservadora os limites mínimos de recursos líquidos a serem mantidos. Aliada a essa estratégia, são avaliadas as melhores opções de reinvestimento, de modo a maximizar os recursos disponíveis. A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus investimentos priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa.

	Seguros 31/12/2012			
	Ativo	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Aplicações.....		96.086	61.041	157.127
Créditos das operações com seguros e resseguros.....		27.696	-	27.696
Ativos de resseguros - provisões técnicas.....		6.151	618	6.769
Total ativo.....		129.933	61.659	191.592

Passivo			
Provisões técnicas - seguros.....	96.902	65.170	162.072
Contas a Pagar.....	926	-	926
Débitos das operações com seguros.....	19.997	-	19.997
Depósitos de terceiros.....	1.291	53	1.344
Total passivo.....	119.116	65.223	184.339
Previdência 31/12/2012			
Ativo			
Aplicações.....	129.045	81.979	211.024
Créditos das operações com seguros e resseguros.....	22.831	-	22.831
Ativos de resseguros - provisões técnicas.....	5.132	578	5.710
Total ativo.....	157.008	82.557	239.565
Passivo			
Provisões técnicas - previdência.....	44.358	173.308	217.665
Débitos das operações com seguros.....	14.988	-	14.988
Depósitos de terceiros.....	1.209	1.328	2.537
Total passivo.....	60.555	174.636	235.190

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento
31 de dezembro de 2012

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação.....	193.164	-	12.299	2.053	22.789	24.842	255.147	255.147
Títulos de renda fixa - privados	-	-	3.036	-	-	-	3.036	3.036
Certificados de depósitos bancários.....	-	-	500	-	-	-	500	500
Recibo de depósitos bancários.....	-	-	252	-	-	7.446	7.698	7.698
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo com garantia especial.....	-	-	5.629	-	-	-	5.629	5.629
Letras financeiras.....	-	-	1.107	2.053	-	-	3.160	3.160
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa.....	21.206	-	-	-	-	-	21.206	21.206
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT.....	31.431	-	-	-	-	-	31.431	31.431
Quotas de fundos de investimentos multimercado.....	35.956	-	-	-	-	-	35.956	35.956
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	1.253	-	599	11.754	13.606	13.606
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	-	8.779	-	8.779	8.779
Notas do tesouro nacional série B.....	-	-	-	-	3.679	5.289	8.968	8.968
Notas do tesouro nacional série C.....	-	-	-	-	9.732	-	9.732	9.732
Cotas de fundos de investimento.....	69.800	-	-	-	-	-	69.800	69.800
Operação compromissada.....	31.661	-	-	-	-	-	31.661	31.661
Outros.....	3.027	-	522	-	-	353	3.902	3.902
Outras aplicações.....	291	-	-	-	-	-	291	291
Outros.....	(208)	-	-	-	-	-	(208)	(208)
Títulos disponíveis para venda.....	1.415	-	-	-	-	-	1.415	1.415
Títulos de renda variável.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias de capital aberto.....	1.415	-	-	-	-	-	1.415	1.415
Títulos mantidos até o vencimento.....	-	-	-	8.883	2.521	131.615	143.019	192.462
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-	-	8.883	2.521	-	11.404	11.521
Notas do tesouro nacional série B.....	-	-	-	-	-	43.306	43.306	55.460
Notas do tesouro nacional série C.....	-	-	-	-	-	88.309	88.309	125.481
Total geral.....	194.579	12.299	10.936	25.310	156.457	399.581	449.024	449.024

31 de dezembro de 2011

	Sem vencimento	Até 1 mês	De 2 a 12 meses	De 13 a 24 meses	De 25 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos para negociação.....	116.058	1.025	23.754	20.485	6.348	18.906	186.576	186.576
Títulos de renda fixa - privados	-	-	4.495	-	-	-	5.520	5.520
Certificados de depósitos bancários.....	-	1.025	501	-	-	-	501	501
Recibo de depósitos bancários.....	-	-	3.097	-	725	2.476	6.298	6.298
Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos a prazo com garantia especial.....	-	-	1.944	4.908	-	-	6.852	6.852
Letras financeiras.....	-	-	-	1.017	-	-	1.017	1.017
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa.....	19.504	-	-	-	-	-	19.504	19.504
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT.....	26.487	-	-	-	-	-	26.487	26.487
Quotas de fundos de investimentos multimercado.....	14.433	-	-	-	-	-	14.433	14.433
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro.....	-	-	-	14.560	-	8.286	22.846	22.846
Letras do tesouro nacional.....	-	-	13.717	-	-	-	13.717	13.717
Notas do tesouro nacional série B.....	-	-	-	-	5.623	-	5.623	5.623
Notas do tesouro nacional série C.....	-	-	-	-	8.144	8.144	8.144	8.144
Cotas de fundos de investimento.....	37.636	-	-	-	-	-	37.636	37.636
Operação compromissada.....	17.349	-	-	-	-	-	17.349	17.349
Outras aplicações.....	656	-	-	-	-	-	656	656
Outros.....	(7)	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Títulos disponíveis para venda.....	2.575	-	-	-	-	-	2.575	2.575
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias de capital aberto.....	2.575	-	-	-	-	-	2.575	2.575
Títulos mantidos até o vencimento.....	-	-	-	-	120.988	120.988	136.980	136.980
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional série C.....	-	-	-	-	43.666	43.666	50.480	50.480
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional série - B.....	-	-	-	-	38.514	38.514	40.175	40.175
Notas do Tesouro Nacional Série - C.....	-	-	-	-	38.808	38.808	46.325	46.325
Total geral.....	118.633	1.025	23.754	20.485	6.348	139.894	310.139	326.131

O valor de Mercado das quotas de Fundos de Investimento Financeiro foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos. O valor de mercado dos títulos de renda variável foi obtido a partir do preço divulgado pela Bovespa.

Os títulos públicos federais, classificados como Mantidos até o Vencimento, foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. Para fins de divulgação apresentamos o valor de mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

b) Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2012, a Seguradora possuía em seus fundos de investimento exclusivos, contratos futuros de depósito interfinanceiro (DI).

Os valores dos ajustes diários são contabilizados diariamente dentro do fundo de investimento especialmente constituído. A posição em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

Valor total								
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor de referência	31/12/2012	31/12/2011	Objetivo
DDI	Comprado	Dólar Americano	01/04/2012	20	USD 1.000	-	1.867	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2015	60	R\$ 100	5.166	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	01/05/2015	40	R\$ 100	3.372	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	04/01/2016	5	R\$ 100	395	-	Hedge
DI	Comprado	Depósito Interfinanceiro	02/01/2017	35	R\$ 100	2.530	-	Hedge
DI	Vendido	Depósito Interfinanceiro	02/01/2017	4	R\$ 100	289	-	Hedge

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca efetuar o hedge da carteira da Seguradora. No caso dos contratos futuros de DDI, a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação do câmbio, já nos contratos futuros de DI a Seguradora busca minimizar os efeitos da variação da taxa de juros.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Seguradora. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Em relação ao controle dos riscos, os mesmos são calculados diariamente através de métricas amplamente conhecidas e divulgadas no mercado (V@R, Tracking Error e Testes de stress), estabelecidas em mandatos de gestão e utilizando-se de ferramentas do The Bank of New York Mellon.

c) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo;
- Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	31/12/2012			31/12/2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos para negociação.....	79.891	175.256	255.147	69.345	117.231	186.576
Títulos de renda fixa - privados	-	-	-	-	-	-
Certificados de depósitos bancários.....	-	3.036	3.036	-	5.520	5.520
Recibo de depósitos bancários.....	-	500	500	-	501	501
Debêntures.....	-	7.698	7.698	-	6.298	6.298
Depósitos a prazo com garantia especial.....	-	5.629	5.629	-	6.852	6.852
Letras financeiras.....	3.160	-	3.160	1.017	-	1.017
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa - DPVAT.....	-	31.431	31.431	-	26.487	26.487
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa.....	-	21.206	21.206	-	19.504	19.504
Quotas de fundos de investimentos multimercado.....	-	35.956	35.956	-	14.433	14.433
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro.....	13.606	-	13.606	22.846	-	22.846
Letras do tesouro nacional.....	8.779	-	8.779	13.717	-	13.717
Notas do tesouro nacional série - B.....	8.968	-	8.968	5.623	-	5.623
Notas do tesouro nacional série - C.....	9.732	-	9.732	8.144	-	8.144
Cotas de fundos de investimento.....	-	69.800	69.800	-	37.636	37.636
Outros.....	3.902	-	3.902	-	-	-
Operação compromissada.....	31.661	-	31.661	17.349	-	17.349
Outras aplicações.....	291	-	291	656	-	656
Outros.....	(208)	-	(208)	(7)	-	(7)
Títulos disponíveis para venda.....	1.415	-	1.415	2.575	-	2.575
Títulos de renda variável	-	-	-	-	-	-
Ações de companhias de capital aberto	1.415	-	1.415	2.575	-	2.575
Títulos mantidos até o vencimento.....	143.019	-	143.019	120.988	-	120.988
Títulos de renda fixa - públicos	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional série C.....	-	-	-	43.666	-	43.666
Fundos especialmente constituídos:	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional.....	11.404	-	11.404	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional série B.....	43.306	-	43.306	38.514	-	38.514
Notas do Tesouro Nacional série C.....	88.309	-	88.309	38.808	-	38.808
Total geral.....	224.325	175.256	399.581	192.908	117.231	310.139

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN através da Resolução nº 3.308 de 31 de março de 2006 e a SUSEP através da Resolução CNSP nº 226 de 6 de dezembro de 2010, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. A Seguradora apresenta as seguintes coberturas:

	31/12/2012	31/12/2011
Provisões técnicas - seguros e previdência.....	411.159	304.442
Exclusões	-	-
Provisões técnicas - resseguros.....	(12.479)	(10.030)
Direitos creditórios.....	(16.911)	(9.749)
Outras.....	(118.740)	(66.656)
Total das exclusões.....	(148.130)	(86.435)
Provisões técnicas para cobertura.....	263.029	218.007
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	-	-
Quotas de fundos de investimento.....	57.085	6.676
Quotas de fundos especialmente constituídos.....	203.869	171.709
Títulos de renda fixa - públicos.....	-	43.666
Imóveis.....	6.295	5.920
Certificados de depósitos bancários.....	3.036	5.473
Recibo de depósitos bancários.....	500	501
Depósitos a prazo com garantia especial.....	5.459	6.813
Letras financeiras.....	3.160	1.017
Debêntures.....	6.766	6.150
Ações de companhia de capital aberto.....	1.415	2.575
Total.....	287.585	250.500
Suficiência.....	24.556	32.493

A custódia destes títulos e valores mobiliários é exercida pela SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas.

8. Crédito das operações com seguros e previdência complementar

a) Prêmios a receber de segurados

Composição dos créditos das operações com seguros			31/12/2012	31/12/2011
Prêmios a receber de segurados - emitidos.....	13.819	-	13.819	12.797
Prêmios a receber de segurados - emitidos cosseguro.....	1.944	-	1.944	-
Prêmios a receber de segurados - não emitidos.....	3.346	-	3.346	2.261
Operações com seguradoras.....	188	-	188	205
Outros				

b) Demonstração da movimentação das provisões técnicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Circulante	Saldos em 31/12/2010		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		Saldos em 31/12/2011	
Provisão de benefícios a regularizar	11.719	143.002	(142.265)	7.445	-	-	-	-	11.087	19.901
Provisão de eventos ocorridos, mas não avisados	12.607	6.434	(7.954)	-	-	-	-	-	5.819	-
Provisão de resgates ou valores a regularizar	4.730	16.021	(15.044)	112	-	-	-	-	430	-
Provisão de despesas administrativas	414	262	(246)	7.557	-	-	-	-	37.237	-
Total	29.470	165.719	(165.509)	7.557	-	-	-	-	37.237	-
Não circulante	Saldos em 31/12/2010		Consti-tuições		Reversões/baixas		Encargos financeiros		Saldos em 31/12/2011	
Provisão matemática de benefícios concedidos	45.914	78.488	(65.239)	-	-	-	-	-	59.163	-
Provisão matemática de benefícios a conceder	40.281	77.198	(58.445)	4.911	-	-	-	-	63.945	-
Provisão de insuficiência de contribuição	4.547	8.672	(7.708)	-	-	-	-	-	5.511	-
Provisão de excedente financeiro	81	73	(85)	-	-	-	-	-	69	-
Provisão de riscos não expirados	6.546	10.392	(9.357)	-	-	-	-	-	7.581	-
Outras provisões	13	4	(12)	-	-	-	-	-	5	-
Total	97.382	174.827	(140.846)	4.911	-	-	-	-	136.274	-

c) Demonstração da movimentação dos custos de aquisição diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Curto prazo	31/12/2011		31/12/2012	
	Constituição	Amortização	Constituição	Amortização
Curto prazo	4.540	4.881	5.206	(5.272)
Longo prazo	7.589	4.299	1.788	(4.837)
Total	12.129	9.180	6.994	(10.109)

14. Provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos - seguros

a) Demonstração da composição das provisões técnicas por ramo

Provisão bruta de resseguro	(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Acidentes pessoais coletivos	734	708	25	27
Provisões de prêmios não ganhos	3.811	2.687	456	222
Sinistros a liquidar	3.147	2.085	270	374
Sinistros ocorridos e não avisados	841	699	7	4
Provisão complementar de prêmios	8.533	6.179	758	627
Vida em grupo	1.640	1.245	53	61
Provisões de prêmios não ganhos	7.398	6.933	42	65
Sinistros a liquidar	4.290	4.854	368	871
Sinistros ocorridos e não avisados	961	834	23	53
Provisão complementar de prêmios	14.289	13.866	486	1.050
DPVAT	16.367	17.726	-	-
Sinistros a liquidar	14.632	8.679	-	-
Sinistros ocorridos e não avisados	421	72	-	-
Provisão de despesas administrativas	31.420	26.477	-	-
Renda de eventos aleatórios	1.837	1.334	480	400
Provisões de prêmios não ganhos	2.906	1.597	1.427	777
Sinistros a liquidar	3.557	2.220	305	399
Sinistros ocorridos e não avisados	189	50	49	14
Provisão complementar de prêmios	8.489	5.201	2.261	1.590
Perda certificado de habilitação de voo	57	49	9	8
Provisões de prêmios não ganhos	153	146	98	-
Sinistros a liquidar	152	210	13	25
Sinistros ocorridos e não avisados	23	14	4	2
Provisão complementar de prêmios	385	419	124	35
Acidentes pessoais individuais	382	351	41	34
Provisões de prêmios não ganhos	140	174	-	49
Sinistros a liquidar	1.095	789	221	59
Sinistros ocorridos e não avisados	914	1.283	78	151
Provisão complementar de prêmios	89	36	8	2
Outras provisões	2.630	2.642	348	295
Vida individual e vida com cobertura de sobrevivência - VGBl	38.021	14.345	-	-
Provisão matemática de benefícios a conceder	2	-	-	2
Provisão de despesas administrativas	1.126	177	-	-
Outras provisões	39.149	14.522	-	-
Vida individual	1.624	1.406	209	200
Provisão de riscos não expirados	4.169	4.550	966	803
Eventos ocorridos e não avisados	6.675	2.998	1.480	860
Provisão de benefícios a regularizar	20.127	18.322	-	-
Provisão de oscilação de riscos	1.305	1.389	-	-
Provisão de excedente financeiro	1.577	1.076	26	-
Outras provisões	35.477	29.741	2.681	1.863
Prestamista	17.514	1.904	-	-
Provisões de prêmios não ganhos	357	15	-	-
Sinistros a liquidar	659	403	32	48
Sinistros ocorridos e não avisados	539	118	-	-
Provisão complementar de prêmios	19.069	2.440	32	48
Dotal misto	27.336	23.919	-	-
Provisão matemática de benefícios a conceder	334	660	-	-
Provisão de benefícios a regularizar	56	64	-	-
Sinistros ocorridos e não avisados	4.652	3.925	-	-
Resgates e outros valores a regularizar	40	25	-	-
Outras provisões	32.418	28.593	-	-
Habitacional	1	-	-	-
Provisões de prêmios não ganhos	132	15	-	-
Sinistros a liquidar	146	128	13	15
Sinistros ocorridos e não avisados	41	61	-	-
Provisão complementar de prêmios	320	204	13	15
Auxílio funeral	313	110	-	1
Provisões de prêmios não ganhos	-	-	-	-
Provisão de riscos não expirados	191	125	1	-
Sinistros a liquidar	83	32	-	-
Provisão de benefícios a regularizar	489	252	42	43
Sinistros ocorridos e não avisados	125	87	-	-
Provisão complementar de prêmios	5	7	-	-
Outras provisões	1.206	613	43	44
Doenças graves ou doença terminal	34	10	6	3
Provisões de prêmios não ganhos	15	10	10	-
Sinistros a liquidar	42	13	4	2
Sinistros ocorridos e não avisados	17	1	3	-
Provisão complementar de prêmios	108	34	23	5
Total	193.493	130.931	6.769	5.583

b) Demonstração dos custos de aquisição diferidos no exercício

Curto prazo	31/12/2012		31/12/2011	
Curto prazo	10.823	6.546	15.103	9.220
Longo prazo	25.926	15.766	-	-

15. Desenvolvimento de eventos e sinistros

A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos, dos sinistros pendentes e dos sinistros ocorridos e não avisados, para cada ano de ocorrência, conforme segue: A tabela demonstra a estimativa de sinistros incorridos, inclui os sinistros avisados em PSL (pagos ou não) e os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), para cada período de ocorrência e em cada Balanço Patrimonial encerrado ao final de cada exercício.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro (adm+jud) - BAR Pecúlio					
Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012
Estimativa no ano	45.541	51.487	52.676	69.306	76.266
Estimativa um ano após	43.774	52.664	53.186	67.902	-
Estimativa dois anos após	45.073	51.450	54.271	-	-
Estimativa três anos após	44.190	52.031	-	-	-
Estimativa quatro anos após	44.389	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	44.389	52.031	54.271	67.902	76.266
Pagamento de Sinistros Efetuados	44.355	49.871	52.836	64.593	50.967
Sinistros Pendentes	34	2.160	1.435	3.309	25.299

Para os estudos referentes à Previdência e Vida Individual utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e administrativos líquidos de cosseguro e resseguro, no entanto o IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010. Os resultados encontrados para cada ano de ocorrência dos sinistros demonstram que as provisões técnicas constituídas no balanço patrimonial encerrado ao final de cada exercício apresentam suficiência para a cobertura dos sinistros, quando comparados a avaliações realizadas em anos posteriores, com exceção dos exercícios de 2009, quando ainda não havia IBNR judicial, e 2010, quando a base de judicial ainda não estava totalmente constituída. Pode-se verificar que o triângulo que não considera sinistros judiciais mostra uma boa consistência. Verificou-se que a maior parte dos sinistros pendentes concentra-se nos últimos 3 anos, o que demonstra agilidade em conceder benefício.

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm+jud) - SEGUROS					
Ano de ocorrência	2008	2009	2010	2011	2012
Estimativa no ano	21.898	23.387	35.815	42.522	49.410
Estimativa um ano após	22.092	24.551	38.296	43.265	-
Estimativa dois anos após	21.890	24.642	38.569	-	-
Estimativa três anos após	22.085	24.793	-	-	-
Estimativa quatro anos após	22.094	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	22.094	24.793	38.569	43.265	49.410
Pagamento de Sinistros Efetuados	21.101	23.712	36.810	39.805	30.096
Sinistros Pendentes	993	1.081	1.759	3.460	19.314

Triângulo de estimativas de sinistro líquido de cosseguro e resseguro (adm) - SEGUROS

Ano de ocorrência	2008		2009		2010		2011		2012	
Estimativa no ano	18.736	21.142	31.214	34.472	38.225	-	-	-	-	-
Estimativa um ano após	18.602	20.863	23.483	36.048	-	-	-	-	-	-
Estimativa dois anos após	18.262	20.680	32.795	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa três anos após	18.379	20.844	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa quatro anos após	18.367	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa atual de sinistros incorridos	18.367	20.844	32.795	36.048	38.225	-	-	-	-	-
Pagamento de Sinistros Efetuados	17.912	20.404	31.280	33.293	23.416	-	-	-	-	-
Sinistros Pendentes	455	440	1.515	2.755	14.809	-	-	-	-	-

Para os estudos referentes à Seguros utilizamos os sinistros administrativos e judiciais líquidos de cosseguro e administrativos líquidos de cosseguro e resseguro, no entanto o IBNR judicial começou a ser constituído apenas em meados de 2010. Os resultados encontrados não apresentam suficiência para os exercícios de 2010, devido ao fim do cosseguro cedido, e 2011, pois, devido a Circular SUSEP 395, houve a migração de sinistros para os ramos de Seguros que antes pertenciam à Vida Individual. Todos os outros períodos apresentam suficiência. Adicionalmente pode-se observar que grande parte dos sinistros pendentes referem-se a casos judiciais.

16. Empréstimos e financiamentos

Prazo	31/12/2012					31/12/2011				
	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Taxa	Valor do contrato	Curto prazo	Longo prazo	Total	Vencimento
Bradesco S.A.	36	298	58	68	126	140	50	7	57	1,36% Até 05/2015
Itaú Unibanco S.A.	36	150	34	54	88	41	16	-	16	1,25% Até 04/2015
Banco do Brasil S.A.	36	250	99	1	100	250	82	100	182	1,58% Até 01/2014
Citibank S.A.	36	1.739	660	171	831	1.424	467	568	1.035	1,20% Até 09/2015
IBM	36	915	344	243	587	915	268	615	883	1,20% Até 11/2014
Financiamento BNDES (a)	24	6.000	3.178	3.394	6.572	6.000	-	6.000	6.000	0,88% Até 12/2014
Total	204	9.352	4.373	3.931	8.304	8.770	883	7.290	8.173	

(a) Em dezembro de 2011, a Companhia obteve financiamento do BNDES para conclusão do novo sistema operacional que suportará todas as suas operações atuais e futuras. Os empréstimos e financiamentos supracitados não possuem ativos da Empresa dados em garantia destes e os contratos de empréstimo não apresentam cláusulas de "covenants" e nem possuíram custos de captação.

17. Provisões para contingências

a) Detalhamento das provisões para contingências por probabilidade de perda

Probabilidade de perda	Contingências fiscais			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	1	481	481	478
Possível	56	17.791	-	-
Remota	1	12	-	-
Total	58	18.284	481	478

Probabilidade de perda	Contingências trabalhistas			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor provisionado
Provável	8	278	278	244
Possível	40	2.199	-	-
Remota	4	107	-	-
Total	52	2.584	278	244

Probabilidade de perda	Contingências beneficis			
	Quantidade	Valor reclamado	Valor	

d) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado - PLA, margem de solvência e exigência de capital

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido.....	141.138	128.082
(-) Participações societárias em sociedades financeiras e não financeiras.....	(294)	(962)
(-) Despesas antecipadas.....	(5.084)	(1.091)
(-) Intangível.....	(45.950)	(33.689)
Patrimônio líquido ajustado - PLA.....	89.810	92.340
Patrimônio mínimo necessário - por prêmio.....	39.227	26.689
Patrimônio mínimo necessário - por sinistro.....	22.251	18.490
Margem de solvência (a).....	39.227	26.689
Capital base - CB.....	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS.....	28.889	23.018
Capital adicional de crédito - CAC.....	21.723	20.593
Capital adicional - CA.....	43.977	37.788
Capital mínimo requerido - CRM (CB + CA) (b).....	58.977	52.788
Patrimônio líquido ajustado.....	89.810	92.340
(-) Exigência de capital - EC maior entre (a) ou (b).....	58.977	52.788
Suficiência de capital - R\$.....	30.833	39.552
Suficiência de capital (% da EC).....	52,28%	74,93%

A Seguradora apurou o Capital Mínimo Requerido - CMR, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizando em seus cálculos os fatores constantes dos anexos III, IV, V e VI da Circular SUSEP nº 355/2007 na forma divulgada na Resolução CNSP nº 158/2006, apresentando plena suficiência em relação ao patrimônio líquido ajustado.

19. Transações com partes relacionadas

A Seguradora efetua operações de resseguro com empresa integrante do grupo AEGON, as quais são realizadas em condições pactuadas entre as partes.

A principal operação com essa empresa compreende a operação de resseguro de planos de previdência privada e de seguros de vida com cobertura de risco, envolvendo o repasse de prêmios registrados na rubrica "Prêmios Resseguros Cedidos", recuperação de comissões registrados na rubrica "custos de aquisição" e recuperação de sinistros registrados na rubrica "Sinistros Retidos".

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros do Conselho de Administração. Não existem outros benefícios concedidos aos Administradores.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Transamérica Life Insurance Company.....	1.142	1.469	3.398	4.814	6.496	9.352	(10.458)	(11.724)
Administradores.....	-	-	-	-	-	-	(12.638)	(6.914)
Total.....	1.142	1.469	3.398	4.814	6.496	9.352	(23.096)	(18.638)

20. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Encargos com imposto de renda (I.R.) e contribuição social (C.S.)

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado antes dos impostos.....	41.924	28.508
Participação nos lucros.....	(10.309)	(7.496)
Base de cálculo.....	31.615	21.012
Alíquota nominal.....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal.....	12.646	8.405
Diferenças permanentes.....	933	1.779
Baixa de reserva de reavaliação.....	-	2.206
Outras.....	933	(427)
Despesa de imposto de renda e contribuição social registrado na demonstração do resultado.....	13.579	10.184
Imposto de renda.....	8.333	6.252
Contribuição social.....	5.246	3.932

b) Créditos tributários e provisão para tributos

	31/12/2012	31/12/2011
Ativo - créditos tributários e previdenciários		
Circulante		
Créditos tributários		
Antecipações.....	13.258	14.954
Outros impostos a compensar.....	2.650	737
Total.....	15.908	15.691
Não circulante		
Benefício fiscal gerado pela incorporação (Nota 18).....	32.855	34.190
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias.....	3.792	4.222
Total.....	36.647	38.412
Passivo - provisão para tributos diferidos		
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos diferenças temporárias.....	728	791
Total.....	728	791

21. Detalhamento das contas da demonstração de resultados

a) Sinistros ocorridos

	31/12/2012	31/12/2011
Indenizações avisadas.....	(48.800)	(45.568)
Indenizações DPVAT.....	(20.822)	(20.617)
Despesas com sinistros.....	(4.410)	(3.638)
Despesas com benefícios.....	(76.258)	(64.378)
Recuperação de sinistros.....	244	1.193
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(4.872)	(3.648)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados.....	(3.062)	1.124
Total.....	(157.980)	(135.532)

b) Resultado com operações de resseguro

	31/12/2012	31/12/2011
Repasse.....	(42.968)	(43.576)
Recuperação de sinistros.....	19.525	11.088
Total.....	(23.443)	(32.488)

c) Outras receitas e despesas operacionais - seguros

	31/12/2012	31/12/2011
Receita com resseguro cedido.....	-	2.472
Receita com emissão de apólice.....	1.973	1.863
Despesas com cobrança.....	(1.901)	(1.751)
Despesas com administração apólice/contrato.....	(319)	(237)
Consórcio DPVAT.....	103	72
Prov. para risco de créditos duvidosos.....	26	(2.797)
Outras.....	1.315	(638)
Total.....	1.197	(1.016)

d) Custos e aquisição - previdência e seguros

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas de corretagem e agenciamento.....	(82.240)	(68.252)
Despesas de custeamento de vendas.....	(6.090)	(10.565)
Despesas com serviços técnicos.....	(537)	(505)
Consultoria comercial.....	(13.090)	(5.150)
Campanha de venda.....	(4.943)	(5.345)
Marketing.....	(2.528)	(1.354)
Transporte de malotes.....	(1.128)	(1.281)
Treinamento e desenvolvimento.....	(1.203)	(1.514)
Outras.....	(1.210)	(1.270)
Total.....	(112.969)	(95.236)

e) Outras receitas e despesas operacionais - previdência

	31/12/2012	31/12/2011
Serviço funeral.....	9.585	10.412
Receita com lucros na operação (IRB/CATU).....	2.051	914
Receita operacional com ressegurador.....	1.493	2.809
Receitas c/serviços de distribuição.....	762	1.269
Processos judiciais.....	(1.810)	(2.697)
Serviço funeral.....	(2.466)	(1.952)
Serviços assistências.....	(4.108)	(3.881)
Taxa de administração.....	(1.532)	(2.186)
Prov. para riscos sobre valores a receber.....	1.591	(1.440)
Correspondente bancário.....	17	(2.073)
Outras.....	(331)	(384)
Total.....	5.252	791

f) Despesas administrativas

	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal próprio.....	(98.677)	(76.098)
Serviços de terceiros.....	(16.134)	(14.792)
Localização e funcionamento.....	(28.725)	(25.221)
Publicidade e propaganda.....	(3.618)	(2.118)
Despesas com donativos e contribuições.....	(738)	(524)
Reversão judicial.....	(139)	(179)
Jornais e revistas.....	(196)	(218)
Publicações.....	(291)	(183)
Multas.....	(154)	(317)
Convênio DPVAT.....	(2.089)	(2.016)
Outras.....	(76)	(137)
Total.....	(150.837)	(121.803)

g) Despesas com tributos

	31/12/2012	31/12/2011
Impostos.....	(454)	(560)
Contribuições.....	(15.084)	(13.801)
Taxa de fiscalização.....	(657)	(658)
Outras.....	(50)	(45)
Total.....	(16.245)	(15.064)

h) Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras.....	41.539	31.242
Títulos de renda fixa.....	5.423	7.576
Receitas com fundos de investimentos.....	36.116	23.666
Despesas financeiras.....	(25.232)	(20.189)
Despesas financeiras sobre provisões técnicas.....	(25.356)	(20.135)
Oscilação cambial.....	142	(54)
Outras.....	(18)	(54)
Total.....	16.307	11.053

i) Resultado patrimonial

	31/12/2012	31/12/2011
Ajuste de investimento em controlada.....	244	791
Despesas com imóveis destinados a renda ou venda.....	-	(400)
Amortização de ágio na transferência de carteira.....	(3.947)	(3.917)
Total.....	(3.703)	(3.526)

22. Aposentadorias e pensões

A Seguradora efetuou contribuições de R\$ 1.813 (R\$ 1.065 em 31 de dezembro de 2011) ao Mongeral Fundo de Pensão. Este plano possui benefícios de Aposentadoria na modalidade de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela Seguradora, e de Renda por Invalidez e Pensão por Morte na modalidade de benefício definido integralmente custeados pela Seguradora destinados a proporcionar complementação previdenciária. Esses valores estão contabilizados na rubrica "Despesas Administrativas". Como resultado da avaliação atuarial relativa ao plano de benefício definido, a Seguradora mantém provisão de R\$ 711 (R\$ 587 em 31 de dezembro de 2011), de acordo com os requerimentos da CPC 33, registrada na rubrica "Obrigações a Pagar".

Helder Molina Diretor Presidente	José Carlos Gomes Mota Diretor
Nuno Pedro Correia David Diretor	Osmar Navarini Diretor
Sergio Luiz Fernandes de Mello Junior Diretor	Luiz Claudio do Amaral Friedheim Diretor
Nelson Emiliano Costa Atuário - MIBA Registro 1068	Marcelo da Motta Abreu Contador - CRC RJ 096032/O6

PARECER ATUARIAL

De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 135, de 11/10/2005, e na Circular SUSEP nº 272, de 22/10/2004, foi realizada a Avaliação Atuarial dos Planos de Previdência Complementar Aberta e Seguros garantidos pela Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A, no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.

Foram adotados na avaliação em tela os critérios e os procedimentos técnicos usuais, bem como padrões de razoabilidade quanto às premissas de cálculo, em consonância com o disposto na legislação em vigor e nas Notas Técnicas dos planos de benefícios avaliados.

Os recálculos das provisões técnicas, assim como os cálculos referentes aos demais itens da avaliação e as respectivas verificações tiveram por base as informações e os dados cadastrais, que depois de submetidos à crítica e à devida consistência, foram considerados adequados.

A Avaliação Atuarial foi elaborada separadamente por cada ramo ou plano/benefício da Seguradora, sendo analisada cada provisão técnica. Foram verificados que os critérios estabelecidos nas normas vigentes e nas bases técnicas

dos planos, devidamente aprovadas pelo órgão responsável, foram atendidos, e, constatou-se a necessidade de constituição da Provisão de Insuficiência de Contribuições no valor de R\$5.611. Quanto a Provisão de Insuficiência de Prêmios não se verificou a necessidade de sua constituição. Foi constituída Provisão Complementar de Prêmios conforme legislação vigente.

Através da análise dos ativos e passivos da Seguradora, de acordo com os resultados da referida avaliação atuarial, cumpre-nos certificar que, em nossa opinião, as provisões técnicas constituídas estão adequadas ao cumprimento das obrigações atuais e futuras assumidas nos respectivos planos de benefícios.

Este Parecer é parte integrante do Relatório Atuarial da Avaliação.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013

Luiz Claudio do Amaral Friedheim
Diretor Responsável Técnico

Nelson Emiliano Costa
Atuário Responsável Técnico - MIBA 1068

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS AUDITADAS

Ilmos. Srs.
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral AEGON Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2013

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Flávio Serpenante Peppe
Contador CRC - 1SP 172.167/O-6 - S - RJ
Roberto Martorelli
Contador CRC - 1RJ 106.103/O-0